

Notas e informações

Ass. Constituinte

A crise que se venceu

Caracterizou-se a semana que se está encerrando por uma grave crise político-partidária, nascida no âmbito do Congresso e prestes a evoluir para o plano institucional. Não foi, porém, fator desencadeante dessa crise a discussão-votação da emenda que convoca a Assembléia Nacional Constituinte. O dedo no gatilho que, havendo condições para o tiro, acabou por dispará-lo, gerando tremenda confusão, foi a proposta do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), concedendo "anistia a todos os servidores públicos civis da administração direta e indireta e militares punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares". Nos diversos parágrafos e artigos por que se estende a redação dessa proposta, a anistia a que visava se tornaria tão *providencial* que cumulária de benefícios e vantagens, inclusive com reversão ao serviço ativo e promoções, o cabo Anselmo e o capitão Lamarca, este se vivo fosse. Aproveitaria ainda a ex-funcionários de empresas estatais punidos por atos de sabotagem, cumulando-os com iguais regalias, no que coubesse.

Em torno da iniciativa do deputado gaúcho desenvolveu-se episódio parlamentar que mostrou à opinião pública a que profundidade chega a crise dos partidos e a falta de lideranças nas diversas bancadas; e permite avaliar a medida exata do problema gerado pela descoordenação entre o Palácio do Planalto e os deputados e senadores integrantes da maioria no Legislativo — composta, presumia-se, para oferecer ao Executivo a sustentação de que carece. Ninguém dotado de senso comum mediano suporia que os ministros militares, contrariando a opinião da oficialidade das corporações a que pertencem, assistiriam sem se manifestar ao debate travado sobre a emenda Uequet. Afinal, a defesa dessa emenda foi liderada pelo deputado José Genoíno, ex-guerrilheiro no Araguaia e único representante do Partido Comunista Revolucionário, tendo a apoiá-lo na votação todas as vice-lideranças do PMDB, menos uma, cujo titular renunciou para assumir posição moralmente correta perante o líder Pimenta da Veiga; e, pasmem os leitores, tendo a apoiá-lo ainda não poucos pedessistas, o deputado José Sarney Filho e o presi-

dente da Câmara, substituto eventual do presidente da República, que votou favoravelmente a um pedido de destaque.

O Estado de S. Paulo está à vontade para afirmar que a emenda Uequet foi apresentada fora de tempo e era, do ponto de vista profissional, de todo condenável, porque importava em atribuir funções técnicas a quem se houvesse apartado delas há mais de vinte anos, sem poder acompanhar o avanço que experimentaram. Uma coisa é defender a anistia como instrumento de reparação de injustiças praticadas pelo arbítrio, e como fator de reconciliação nacional, para que do passado se extraiam apenas as lições que encerra e possam servir à construção de um futuro melhor. Outra, completamente diferente, é transformá-la em oportunidade para distribuição ampla de prêmios e concessão de benefícios aos que, por motivos os mais diversos, hajam estimulado a violência no propósito de implantar o caos, mas, absolvidos, retornem às Armas, que são instituições nacionais permanentes, dedicadas à defesa da ordem. A anistia chegou ao ponto que deveria, por exemplo, reintegrando no convívio nacional o sr. Genoíno, que pleiteou e obteve um mandato eletivo. Não haveria, entretanto, explicação válida para manipulá-la a fim de que premiasse o cabo Anselmo *et cetera*.

Nada justifica, portanto, que seja explorada demagogicamente para que se coloquem, de um lado, os civis; e, de outro lado, os militares, que se empenham em dar sua colaboração à evolução do processo político e à reparação de erros do passado. Não se compreende destarte que, tendo havido acordo entre eles e as lideranças que formam maioria no Congresso, para a rejeição da emenda mais nada, a pressão dos que perderam o próprio rumo na discussão da matéria levasse tais lideranças a tentar reabrir a questão e pôr de lado o acordo. "Na Marinha, o problema disciplinar que isso irá criar é incontornável", fez saber o ministro Henrique Sabóia. Quanto ao Exército, o ministro Leônidas Feres Gonçalves declarou, frontalmente: "Os senhores façam o que quiserem, pois eu também faço o que quero. Mas considero isso inegociável".

Em ambos os casos, isso era a anistia que quebraria a hierarquia e sancionaria a indisciplina, impondo, mais, ao Erário despesa vultosa.

Espanta que não haja por parte dos políticos discernimento suficiente para constatar que importante seria não a questão menor, da anistia insidiosa, e sim a questão maior, da convocação de uma Assembléia fadada a passar o País a limpo, restaurar a plenitude da ordem jurídica, reestruturar a Federação garroteada pelo centralismo da União, sancionar a autêntica liberdade sindical, pleiteada pelos democratas sinceros desde o Estado Novo, restabelecer, com o equilíbrio, a harmonia dos Poderes do Estado, ratificar no texto de uma Lei Básica votada por representantes do povo as liberdades públicas e os direitos e garantias individuais que são apanágio dos regimes de liberdade, traçar diretrizes aptas a implantar a economia de mercado na qual prepondera a iniciativa privada. Estarrece que, diante da conveniência de aprovar o texto que definiria a linha de trabalho da Constituinte, o Legislativo, com as adesões mencionadas, se deixasse levar a reboque de uma aventura idealizada pelo sr. Jorge Uequet e conduzida pelo sr. José Genoíno. Quem duvidasse de que não funcionam aqui partidos no sentido que o léxico reconhece à palavra; quem não acreditasse na extinção pura e simples das lideranças parlamentares; quem não admitisse a gravidade da crise que acomete o País e leva à falência a representação popular não teria mais, agora, razão para não ficar alarmado. O Brasil corresponde hoje a barco perdido na tempestade, sem timoneiro e sem ter quem o ajude. Ninguém descreia, assim, da possibilidade de que caminho para o desconhecido, impulsionado pela primeira crise política que for desatada por algum aprendiz de feiticeiro capaz de explorar as circunstâncias para receber aplausos das galerias do Congresso. Tanto querem essa crise os saudosistas do arbítrio quanto os que anseiam por combatê-lo para passar-se atestado de democratas e heróis da resistência e, galgando o poder, entronizar a ditadura — como na Nicarágua, por exemplo.